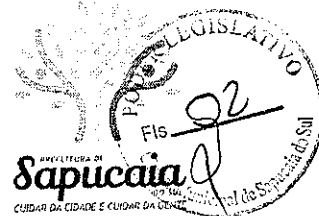


**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município**



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (MENSAGEM) Nº 022, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

Processo Nº
20413 /305/ 2017

Senhor Presidente,

Tenho a honra de me dirigir à presença de Vossa Excelência para encaminhar a esse Egrégio Poder Legislativo, para apreciação e voto, o incluso Projeto de Lei que **"Concede isenção de créditos tributários a Empresa Atacadão. Comércio e Indústria Ltda., referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), pelo prazo de 01/01/2008 a 31/12/2017, com fundamento na Lei Municipal nº 2.820 de 30 de dezembro de 2005, e dá outras providências"**.

Atualmente, com base no artigo 7º, da Lei Municipal 2.820, de 30 de dezembro de 2005, o Município de Sapucaia do Sul só pode conceder benefícios fiscais, através aprovação Lei específica, cuja competência legislativa é do Chefe do Poder Executivo.

Diante dessa exigência, a concessão dos benefícios fiscais autorizados pela Administração Pública Municipal, com fulcro nas disposições insertas na Lei Municipal 2.820/2005 e sem a observância do artigo 7º do citado diploma legal, tem causado aos beneficiários, enorme preocupação e insegurança jurídica, devido à possibilidade desses contribuintes serem executados por créditos tributários resultantes de invalidações, em virtude do Poder Público não ter editado até a presente data, Lei própria, visando convalidar os atos administrativos expedidos pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), que autorizaram a concessão de incentivos tributários, as empresas que se adequaram as exigências administrativas e legais, aplicáveis à espécie.

É o caso da Empresa Atacadão. Comércio e Indústria Ltda., que mediante a tramitação dos expedientes administrativos, tombados sob os números 018636/2007, 018435/2010, 016608/11, 019364/12, 11436/2015, e 14656/2016, teve reconhecido pela SMF, o direito a isenção tributária, relativa ao IPTU, com fundamento no inciso IV, alínea "a" e §2º, alínea "f", do artigo 4º, da Lei Municipal nº 2.820/2005.

Assim, urge ao Município editar lei convalidando os atos administrativos insertos nos expedientes retro, autorizando a concessão do benefício fiscal, relativo ao IPTU, a Empresa Atacadão. Comércio e Indústria Ltda., pelo período de 01/01/2008 a 31/12/2017.

Assinala-se, que a isenção tributária concedida a Empresa Atacadão. Comércio e Indústria Ltda., é onerosa, caracterizando-se por ser um instrumento do dirigismo econômico, que tem por objetivo desenvolver economicamente e socialmente o Município.

Exmo. Sr.

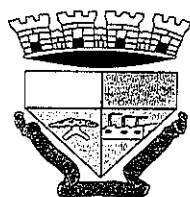
DD. Nelson Brambila

Presidente da Câmara Municipal

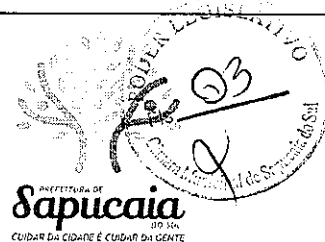
Sapucaia do Sul - RS

Nesta.

| | |
|--|--|
| SECRETARIA DA MESA | |
| O presente expediente foi apresentado em plenário. | |
| EM 26 / 10 / 2017 | |
| na 68 reunião de 1º Sessão | |
| por 14º Regimento Interno | |
| Ver. Secretário | |



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município**



Segundo informações da SMF, a isenção fiscal concedida a Empresa Atacadão. Comércio e Indústria Ltda., proporcionou o crescimento da capacidade produtiva da empresa, havendo, por via de consequência, o incremento financeiro e o aumento no número de empregos diretos e indiretos em nossa cidade.

Frisa-se, que a Súmula 544 do STF prevê que as "isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa, não podem ser livremente suprimidas".

Assim, a revogação da isenção de tributos, diante da inobservância do artigo 7º, da Lei Municipal nº 2.820/2005, revelaria afronta aos princípios da segurança jurídica e da confiança fiscal. Tais preceitos legais impedem que o legislador institua benefício tributário, mediante o cumprimento de determinadas condições, para posteriormente retirá-lo, desrespeitando situações já consolidadas.

Portanto, impõe-se por parte do Poder Público, a convalidação, por meio de Lei própria, do benefício fiscal concedido a Empresa Atacadão. Comércio e Indústria Ltda., ainda, mais que inexistente má-fé do administrado e anulação da referida isenção tributária, quando já ultrapassado mais do que a metade do prazo do seu término, significaria violação aos princípios da segurança jurídica e da confiança fiscal.

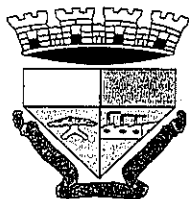
Cumprir destacar, ainda, aos ilustres Vereadores, que a concessão do referido benefício fiscal a Empresa Atacadão. Comércio e Indústria Ltda., ainda, que sem autorização legislativa, não causou prejuízo a terceiros, tampouco originou danos ao interesse público, o que leva o Poder Executivo propor o presente Projeto de Lei, com o desiderato de convalidar os atos administrativos, que culminaram com a respectiva isenção tributária.

Por fim, seria de bom alvitre registrar que o Congresso Nacional, recentemente, aprovou o SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS nº 5, de 2017, AD PLS nº 130, de 2014, que culminou na edição da LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 160, DE 07 DE AGOSTO DE 2017, que autoriza aos Estados e ao DF, convalidarem os atos normativos que concediam remissão de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes de isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais, relativamente ao ICMS, matéria análoga a presente proposição, fato que revela a correção da postura da Administração Pública Municipal em proceder na ratificação e convalidação de seus atos administrativos, que concederam isenções fiscais, tendo por supedâneo a Lei Municipal nº 2.820 de 30 de dezembro de 2005.

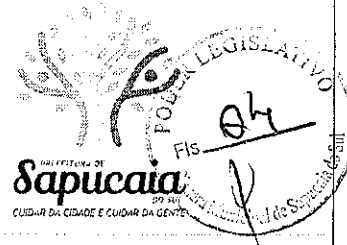
Na certeza da aprovação do presente Projeto de Lei, aproveito a oportunidade para renovar os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,


Luis Rogério Link
Prefeito Municipal



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município**



PROJETO DE LEI Nº /2017

**Proj. Lei Exec. Nº
020 / 2017**

Concede isenção de créditos tributários a Empresa Atacadão, Comércio e Indústria Ltda., referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), pelo prazo de 01/01/2008 a 31/12/2017, com fundamento na Lei Municipal nº 2.820, de 30 de dezembro de 2005, e dá outras providências.

LUIS ROGÉRIO LINK, Prefeito Municipal de Sapucaia do Sul, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no artigo 82, inciso III, da Lei Orgânica do Município sanciono a seguinte,

LEI:

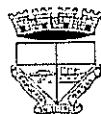
Art.1º. Fica concedida isenção de créditos tributários a Empresa Atacadão, Comércio e Indústria Ltda., referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), pelo prazo de 01/01/2008 a 31/12/2017, com fundamento no inciso IV, alínea "a" e §2º, alínea "f", do artigo 4º, da Lei Municipal nº 2.820 de 30 de dezembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam ratificados e convalidados os atos normativos prolatados pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), que reconheceram o direito de isenção tributária a Empresa Atacadão, Comércio e Indústria Ltda., relativamente ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), com supedâneo nas disposições inseridas na Lei Municipal nº 2.820 de 30 de dezembro de 2005.

Art.2º. A isenção dos créditos tributários do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), constituídos ou não, concedida a Empresa Atacadão, Comércio e Indústria Ltda., com fulcro nas disposições insertas na Lei Municipal nº 2.820 de 30 de dezembro de 2005, retroagem à data original de concessão da isenção, do incentivo ou do benefício fiscal, vedadas a restituição e a compensação do tributo e a apropriação extemporânea por sujeito passivo.

Parágrafo único. Para fins de aprovação e de ratificação dos atos normativos de concessões de incentivos ou benefícios fiscais, aplicam-se os demais preceitos da Lei Municipal nº 2.820 de 30 de dezembro de 2005, que não sejam contrários aos dispositivos desta Lei.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Secretaria Municipal da Fazenda

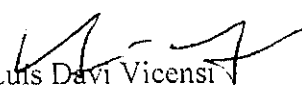


ESTIMATIVA DE IMPACTO FINANCEIRO

| BENEFÍCIO FISCAL IPTU | Total RS | | |
|-----------------------|------------|------------|------------|
| | 2017 | 2018 | 2019 |
| Beneficiados | | | |
| ATACADÃO S/A | 232.241,10 | 242.111,35 | 251.795,80 |

Metas do IPCA de 4,25% e 4,0%, conforme resoluções BCB 4419/2016 e 4582/2017.

| | |
|--|-----------------------|
| Receita Corrente Líquida (set/16-agosto/17) | 319.174.985,87 |
| Gasto Total Anual | RS232.241,10 |
| Percentual do gasto sobre RCL | 0,073 |


Luis Davi Vicensi
Matr.6159


Roger Keller
Secretário Municipal da Fazenda